

SUMÁRIO



PM BA

OFICIAL (CFO)

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos: verbais extraídos de livros e periódicos contemporâneos; mistos (verbais/não verbais) e não verbais; textos publicitários (propagandas, mensagens publicitárias, outdoors, etc).....	1
Nomes e verbo. Flexões nominais e verbais.....	3
Advérbio e suas circunstâncias de tempo, lugar, meio, intensidade, negação, afirmação, dúvida, etc.....	7
Palavras de relação intervocabular e interoracional: preposições e conjunções.....	9
Frase, oração, período. Elementos constituintes da oração: termos essenciais, integrantes e acessórios. Coordenação e Subordinação.....	13
Sintaxe de colocação, concordância e regência.....	19
Crase.....	27
Formas de discurso: direto, indireto e indireto livre.....	29
Semântica: sinonímia, antonímia e heteronímia.....	33
Pontuação e seus recursos sintático-semânticos.....	35
Acentuação.....	39
ortografia.....	42
Diferença entre redação técnica (oficial) e redação estilística e suas respectivas características.....	50
Correspondência oficial: conceito e tipos de documentos. Diferença entre ofício e memorando.....	52
QUESTÕES.....	58
GABARITO.....	69

LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos verbais e não-verbais.....	1
Substantivos: Formação do plural: regular, irregular e casos especiais.....	3
Gênero; Contáveis e não-contáveis.....	4
Formas possessivas dos nomes; Modificadores do nome.....	12

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Artigos e Demonstrativos: Definidos, indefinidos e outros determinantes. Demonstrativo de acordo com a posição, singular e plural	21
Adjetivos: Grau comparativo e superlativo: regulares e irregulares. Indefinidos	22
Numerais Cardinais e Ordinais.....	25
Pronomes: Pessoais: sujeito e objeto; Possessivos: substantivos e adjetivos. Reflexivos. Indefinidos. Interrogativos. Relativos.....	26
Verbos (Modos, tempos e formas): Regulares e irregulares. Auxiliares e impessoais. Modais. Two-word verbs. Voz ativa e voz passiva. O gerúndio e seu uso específico...	29
Discurso direto e indireto. Sentenças condicionais	33
Advérbios: Tipos: frequência, modo, lugar, tempo, intensidade, dúvida, afirmação; Expressões adverbiais	35
Palavras de relação: Preposições. Conjunções	38
Derivação de palavras pelos processos de prefixação e sufixação; Semântica / sinônímia e antonímia.....	44
Questões	50
Gabarito.....	60

MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos: Números Naturais, Inteiros, Racionais, Reais e Complexos (forma algébrica e forma trigonométrica). Operações, propriedades e aplicações	1
Sequências numéricas, progressão aritmética e progressão geométrica.....	23
Álgebra: Expressões algébricas	27
Polinômios: operações e propriedades	31
Equações polinomiais e inequações relacionadas.....	38
Funções: generalidades. Funções elementares: 1º grau, 2º grau, modular, exponencial e logarítmica, gráficos. Propriedades	46
Sistemas lineares, Matrizes e Determinantes: Propriedades, aplicações.....	67
Análise Combinatória: Arranjos, Permutações e Combinações simples, Binômio de Newton e Probabilidade em espaços amostrais finitos	78
Geometria e Medidas: Geometria plana: figuras geométricas, congruência, semelhança, perímetro e área	87
Geometria espacial: paralelismo, perpendicularismo entre retas e planos, áreas e volumes dos sólidos geométricos: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera	100
Geometria analítica no plano: retas, circunferência e distâncias	119
Trigonometria: razões trigonométricas, funções, fórmulas de transformações trigonométricas, equações e triângulos.....	128
Proporcionalidade e Finanças: Grandezas proporcionais.....	141
Porcentagem. Acréscimos e descontos	143
Juros: Capitalização simples e Capitalização composta.....	146

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Tratamento da Informação: Estatística: Estatística descritiva, resolução de problemas, tabelas, medidas de tendência central e medidas de dispersão. Gráficos estatísticos usuais	149
Resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras)	167
QUESTÕES.....	179
GABARITO	189

CIÊNCIAS HUMANAS

História: Antiguidade.....	1
Mundo Medieval	5
Mundo Moderno	9
Mundo Contemporâneo.....	12
Brasil Colônia; Brasil Império; Brasil República (de 1889 aos dias atuais).....	15
Aspectos do desenvolvimento cultural e científico do Brasil no século XX.....	19
A globalização e as questões ambientais.....	23
História da Bahia; Independência da Bahia; Revolta de Canudos; Revolta dos Malês; Conjuração Baiana; Sabinada.....	26
Atualidades.....	29
Geografia: A relação sociedade-natureza; Os mecanismos da natureza; Os recursos naturais e a sobrevivência do homem; As desigualdades na distribuição e na apropriação dos recursos naturais no mundo; O uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.....	30
Estruturação econômica, social e política do espaço mundial.....	34
Capitalismo, industrialização e transnacionalização do capital; Economias industriais e não industriais: articulação e desigualdades; As transformações na relação cidade-campo; Industrialização e desenvolvimento tecnológico: dominação/subordinação político-econômica; A divisão internacional e territorial do trabalho; O fim da Guerra Fria; A desagregação da URSS. A nova ordem econômica mundial	37
O papel do Estado e as organizações político-econômicas na produção do espaço ...	47
Fundamentos econômicos, sociais e políticos da mobilidade espacial e do crescimento demográfico.....	50
O Processo De Ocupação E Produção Do Espaço Brasileiro; A formação territorial do Brasil e sua relação com a natureza; População: crescimento, estrutura e migrações, condições de vida e de trabalho; A regionalização do Brasil: desenvolvimento desigual e combinado.....	54
O processo de industrialização brasileira e a internacionalização do capital	66
Urbanização, metropolização e qualidade de vida.....	68
Estrutura e produção agrária e impactos ambientais.....	73
O papel do Estado e as políticas territoriais	77

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Questões	80
Gabarito.....	89

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos princípios fundamentais	1
Dos direitos e garantias fundamentais: Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Da nacionalidade; Dos direitos políticos	2
Da organização do Estado: Da Administração Pública; Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	16
Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Das Forças Armadas; Da segurança pública	27
Constituição do Estado da Bahia: Dos servidores públicos militares.....	29
Do Poder Executivo; Das Disposições Gerais; Das atribuições do Governador do Estado	31
Da Justiça Militar	34
Da Segurança Pública.....	34
Da Família	36
Dos Direitos Específicos da Mulher.....	36
Da Criança e do Adolescente	37
Do Idoso	38
Do Deficiente	38
Do Negro	39
Do Índio	39
QUESTÕES.....	40
GABARITO	46

DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos/1948.....	1
Convenção Americana sobre Direitos Humanos/1969 (Pacto de São José da Costa Rica) (arts. 1º ao 32)	5
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (arts. 1º ao 15).....	15
Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos/1966 (arts. 2º ao 27).....	20
Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto nº 65.810/69)	27
Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Decreto nº 4.377/02)	36

SUMÁRIO



Estatuto da Igualdade Racial e de Combate a Intolerância Religiosa (Lei Estadual nº 13.182/14)	45
Questões	60
Gabarito	64

DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios fundamentais da administração pública	1
Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	7
Atos administrativos: Conceito; Atributos; Requisitos; Classificação; Extinção	18
Organização administrativa: Órgãos públicos: conceito e classificação; Entidades administrativas: conceito e espécies	37
Agentes públicos: classificação	44
Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92)	62
Regime jurídico do militar estadual: Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia (Lei Estadual n.º 7.990/01 - arts 1º ao 92)	89
QUESTÕES	89
GABARITO	96

DIREITO PENAL

Da aplicação da lei penal; Lei penal no tempo; Lei penal no espaço	1
Do crime; Elementos; Consumação e tentativa; Desistência voluntária e arrependimento eficaz; Arrependimento posterior; Crime impossível; Causas de exclusão de ilicitude e culpabilidade	5
Dos crimes contra a pessoa (homicídio, lesão corporal, rixa e injúria)	23
Dos crimes contra a liberdade pessoal (constrangimento ilegal, ameaça, sequestro e cárcere privado)	33
Dos crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, receptação)	42
Dos crimes contra a dignidade sexual (estupro, importunação sexual, assédio sexual, estupro de vulnerável, corrupção de menores)	55
Dos crimes contra a paz pública (incitação ao crime, apologia de crime ou criminoso)	64
Dos crimes contra a administração pública (peculato e suas formas, concussão, corrupção passiva, prevaricação, condescendência criminosa, resistência, desobediência, desacato, corrupção ativa, contrabando)	65
Questões	75
Gabarito	82

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios do Processo Penal.....	1
Inquérito Policial	7
Da Prova: conceito, finalidade e obrigatoriedade; do exame de corpo de delito	17
Da Prisão (arts 283 a 309 do CPP).....	21
Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/41)	32
Contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil (Lei nº 7.437/85).....	40
Lei nº 13.869/19 (Das sanções de natureza civil e administrativa; Dos crimes e das penas).....	41
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90 - arts. 1º ao 6º; 15 a 18-B; 98 a 130; 225 a 258)	48
Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89)	64
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15 - arts 1º a 13; 79 a 91).....	67
Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97)	74
Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/03 - arts 1º ao 10; 93 ao 108)	75
Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06).....	79
Lei que institui o sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (Lei n.º 11.343/06).....	91
QUESTÕES.....	114
GABARITO	122

DIREITO PENAL MILITAR

Dos crimes militares em tempo de paz; Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar (Do motim e da revolta; Da aliciação e do incitamento; Da violência contra superior ou militar de serviço; do desrespeito a superior e a símbolo nacional ou a farda; Da insubordinação, Da resistência)	1
Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar (Insubmissão, Criação ou simulação de incapacidade física; Da deserção - arts 187 a 194; Abandono de posto; Descumprimento de missão, Embriaguez em serviço, Dormir em serviço)	11
Dos crimes contra a Administração Militar (Do desacato e da desobediência)	17
Questões	35
Gabarito.....	39

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Do Inquérito Policial Militar	1
Da prisão em flagrante	2
Da deserção em geral; Do processo de deserção do oficial; Do processo de deserção de praça com ou sem graduação e de praça especial.....	31
Questões	34
Gabarito.....	38

INFORMÁTICA

Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos (Word, Writer), planilhas (Excel, Calc) e apresentações (PowerPoint, Impress); Microsoft Office (versão 2007 e superiores) e LibreOffice (versão 5.0 e superiores)	1
Sistemas operacionais Windows 7, Windows 10 e Linux. Organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Atalhos de teclado, ícones, área de trabalho e lixeira	86
Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet.....	125
Correio eletrônico	132
Computação em nuvem	137
Certificação e assinatura digital.....	141
Segurança da Informação	142
Componentes de um computador. Dispositivos de armazenamento, processadores, memórias e periféricos	150
QUESTÕES.....	156
GABARITO	165



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



A compreensão de textos é uma das habilidades fundamentais para qualquer estudante ou profissional que deseja aprimorar sua proficiência na língua inglesa. A leitura eficiente não se limita apenas à tradução de palavras ou frases isoladas, mas envolve a interpretação do significado global do texto, a identificação de informações explícitas e implícitas e a análise de sua estrutura e contexto.

No ambiente acadêmico e profissional, os textos podem ser classificados em duas grandes categorias: textos técnicos e textos gerais. Enquanto os textos gerais abrangem notícias, artigos, ensaios e outras formas de escrita cotidiana, os textos técnicos são mais específicos e voltados para áreas do conhecimento como engenharia, direito, medicina, informática, administração e muitas outras. Cada um desses tipos de texto apresenta desafios próprios e requer estratégias diferenciadas para uma leitura eficiente.

Este estudo abordará as principais características dos textos técnicos e gerais, discutindo as dificuldades que os leitores podem encontrar e apresentando estratégias eficazes para melhorar a compreensão textual.

TEXTOS TÉCNICOS

Os textos técnicos são aqueles que utilizam uma linguagem especializada e objetiva, voltados para um público específico dentro de uma área do conhecimento. Eles costumam ser encontrados em manuais, relatórios, artigos científicos, especificações de produtos, normas regulatórias, entre outros documentos.

► Características dos Textos Técnicos

Os textos técnicos possuem algumas características marcantes:

- **Uso de terminologia específica:** Muitas palavras e expressões são utilizadas apenas dentro de determinado campo do conhecimento, exigindo familiaridade com a área para uma compreensão completa.

*Ex.: Em um texto de informática, encontramos termos como *algorithm*, *database*, *encryption*.*

- **Linguagem objetiva e impessoal:** A escrita tende a ser formal, direta e livre de opiniões pessoais.

- Exemplo: The experiment was conducted following the standard procedures. (O experimento foi conduzido seguindo os procedimentos padrão.)

- **Uso de voz passiva:** Para enfatizar os processos em vez dos agentes da ação.

- Exemplo: The system was updated to improve performance. (O sistema foi atualizado para melhorar o desempenho.)

- **Estrutura lógica e sequencial:** Os textos técnicos costumam seguir um formato organizado, com introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos.

► Desafios da Compreensão de Textos Técnicos

Ler textos técnicos em inglês pode ser um desafio, especialmente para aqueles que não estão familiarizados com a terminologia da área. Os principais obstáculos incluem:

- **Vocabulário altamente especializado:** Muitos termos não fazem parte do inglês cotidiano e precisam ser aprendidos separadamente.

- **Uso frequente de abreviações e siglas:** Em áreas como tecnologia e medicina, é comum o uso de siglas que podem dificultar a leitura.

- Exemplo: CPU (Central Processing Unit), ECG (Electrocardiogram).

- **Estruturas gramaticais complexas:** Frases longas e repletas de informações técnicas podem dificultar a identificação da ideia principal.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Ex.: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

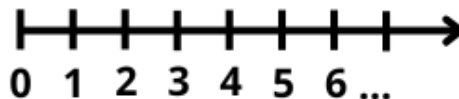
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra \mathbb{N} e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.



A Antiguidade é o período da História que se inicia com o surgimento da escrita, por volta de 4000 antes de Cristo, e se estende até a queda do Império Romano do Ocidente, no ano de 476 depois de Cristo. Esse período marca o início das primeiras civilizações organizadas e representa um grande avanço no desenvolvimento humano.

O surgimento da escrita foi um marco importante porque permitiu o registro de leis, acontecimentos e conhecimentos, diferenciando a Pré-História da História propriamente dita.

► Importância do estudo desse período

Estudar a Antiguidade é fundamental para compreender a formação das sociedades atuais. Muitas ideias, instituições e práticas que existem hoje têm origem nesse período.

Entre os principais legados da Antiguidade, destacam-se:

- Desenvolvimento das primeiras formas de governo e leis
- Criação de sistemas de escrita e registros históricos
- Avanços na matemática, medicina e arquitetura
- Formação das bases culturais do mundo ocidental

Esses elementos mostram como as civilizações antigas influenciaram diretamente o mundo moderno.

► Principais características das primeiras civilizações

As primeiras civilizações surgiram principalmente em regiões próximas a grandes rios, como o Tigre, o Eufrates e o Nilo. Esses rios eram fundamentais para a agricultura, pois forneciam água e tornavam o solo fértil.

De modo geral, essas sociedades apresentavam algumas características em comum:

- Organização social hierarquizada, com grupos bem definidos
- Economia baseada na agricultura e no comércio
- Presença de governos centralizados
- Religião com forte influência na vida cotidiana

Essas características ajudaram na consolidação das primeiras formas de vida em sociedade complexa.

CIVILIZAÇÕES DO ORIENTE ANTIGO

► Mesopotâmia

A Mesopotâmia localizava-se entre os rios Tigre e Eufrates, na região do atual Oriente Médio. Foi uma das primeiras áreas onde surgiram cidades organizadas, sendo considerada o berço de importantes civilizações, como sumérios, babilônios e assírios.

Essas sociedades desenvolveram técnicas agrícolas avançadas e criaram sistemas de irrigação para aproveitar as águas dos rios. Além disso, foram responsáveis pela criação de uma das primeiras formas de escrita, chamada cuneiforme.

Entre suas principais características, destacam-se:

- Formação de cidades independentes chamadas cidades Estado
- Criação de leis escritas, como o Código de Hamurábi
- Religião politeísta, com vários deuses ligados à natureza



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

PREÂMBULO

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

ARTIGO 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

ARTIGO 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.



BREVE INTRODUÇÃO

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
É um regime mais abrangente	É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público
Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

► Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos:

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade:

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.



A Lei Penal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social e na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. Seu objetivo é definir quais condutas são consideradas criminosas e estabelecer as respectivas sanções para quem as pratica. No entanto, a aplicação da Lei Penal não é uma tarefa simples, pois envolve uma série de princípios e regras que garantem a justiça e a segurança jurídica.

Entre os aspectos mais importantes estão as características da Lei Penal no tempo e no espaço, que determinam como e quando uma lei pode ser aplicada a uma determinada conduta. Compreender esses conceitos é essencial para a correta interpretação e aplicação das normas penais, evitando injustiças e garantindo a legalidade em todo o processo penal. Este estudo explora as principais características da Lei Penal, com ênfase em sua aplicação temporal e espacial, abordando também as exceções e os conflitos normativos que podem surgir nesse contexto.

▸ Lei Penal no Tempo

A aplicação da Lei Penal ao longo do tempo é regida por princípios que visam assegurar a justiça e a previsibilidade das normas jurídicas. Dentre esses princípios, destacam-se a teoria da atividade, o princípio da legalidade e os conceitos de retroatividade e ultra-atividade das leis penais.

Observações Iniciais

A teoria da atividade, prevista no Art. 4º do Código Penal, determina que o crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento em que o resultado ocorra. Isso significa que, para fins penais, o que importa é o momento da conduta do agente, e não quando as consequências dessa conduta se manifestam.

O princípio da legalidade estabelece que somente uma lei anterior pode definir infrações penais e estipular penas. Esse princípio é essencial para garantir que ninguém seja punido por um ato que não estava expressamente tipificado como crime no momento de sua prática. Dentro do princípio da legalidade, encontramos dois desdobramentos importantes:

- **Reserva Legal:** Apenas uma lei em sentido estrito, ou seja, uma lei formalmente aprovada pelo legislativo, pode criminalizar condutas e estabelecer penalidades.
- **Anterioridade da Lei Penal:** Uma lei penal só pode ser aplicada a uma conduta se esta for praticada durante a vigência dessa lei. Por exemplo, se uma lei que criminaliza uma determinada conduta entra em vigor amanhã, não se pode processar alguém por ter praticado essa conduta hoje, enquanto a lei ainda não estava em vigor.

Sucessão de Leis Penais no Tempo

A atividade da lei penal, distinta da teoria da atividade, determina que a lei penal se aplica apenas enquanto está em vigor. Isso implica que a lei penal regula apenas os fatos ocorridos durante sua vigência, não retroagindo para alcançar atos cometidos anteriormente, salvo em benefício do réu.

Exceções à Atividade da Lei Penal (Retroatividade e Ultra-atividade)

Há exceções ao princípio da atividade da lei penal, conhecidas como extratividade da lei penal, que incluem a retroatividade e a ultra-atividade das leis penais:

- **Retroatividade:** Refere-se à aplicação de uma lei penal mais benéfica a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor. Esse princípio visa proteger os direitos do réu, aplicando-lhe a legislação mais favorável, mesmo que os atos tenham sido praticados sob uma lei mais severa.



PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS

► Princípio da Presunção de Inocência ou da Não Culpabilidade

Do princípio da presunção de inocência (“todo acusado é presumido inocente até que se comprove sua culpabilidade”) emanam quatro regras:

a) Regra probatória: cabe a quem acusa o ônus de provar legalmente e judicialmente a culpabilidade do imputado. Esta parte do princípio está na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 8º) e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 14). Não existe presunção de veracidade dos fatos narrados em função da revelia, leia-se, não existe confissão ficta no processo penal, nem sequer quando o acusado não contesta os fatos descritos na peça acusatória.

b) Regra de tratamento: o acusado não pode ser tratado como condenado antes do trânsito em julgado final da sentença condenatória (CR, art. 5º, LVII).

c) Regra de julgamento ou valoração das provas:

d) Excepcionalidade das medidas cautelares:

À defesa restaria a demonstração da eventual presença de fatos caracterizadores de excludente de ilicitude e culpabilidade, cuja presença fosse por ela alegada. Sobre os inquéritos e ações penais em curso serem considerados maus antecedentes, o tema encontra-se pacificado. O STF já entendeu o seguinte:

É em razão de tal princípio que “o nome do réu só poderá ser lançado no rol dos culpados” após sentença condenatória transitada em julgado.

Outra repercussão do princípio é no campo das prisões anteriores ao trânsito em julgado. Defende-se, modernamente, que toda privação de liberdade antes do trânsito deve ostentar natureza cautelar, de modo a evitar mera antecipação da pena. Daí a razão pela qual ganhou força a tese de que a privação de liberdade antes do trânsito depende de fundamentos concretos e demonstrada a extrema necessidade.

► Princípio do Favor Rei

Trata-se de um princípio com sérias aplicações práticas: 1) na dúvida, em favor do réu; 2) em caso de empate (o que costuma ocorrer no julgamento colegiado de HC), a decisão é em favor do réu.

Por meio de tal princípio, conclui-se que, se existir conflito entre o jus puniendi do Estado e o jus libertatis do acusado, deve prevalecer (na fase final de julgamento) o jus libertatis (in dubio pro reo). Vale dizer, na dúvida absolve-se o imputado. Para Tourinho Filho, este princípio é corolário do princípio da igualdade das partes, na medida em que procura equilibrar a posição do réu frente ao Estado na persecução penal.

► Princípio da Imparcialidade do Juiz

O juiz para ser imparcial deve ter garantida a sua independência: independência funcional (é a independência interna dentro da própria magistratura, o juiz decide como achar melhor) e independência política (é a independência do Poder Judiciário frente aos demais Poderes, constituídos – Legislativo e Executivo – e fáticos – imprensa, por exemplo).

Não há jurisdição sem imparcialidade. Havendo dúvida fundada sobre a parcialidade do juiz, cabe exceção de suspeição. Cabe também exceção no caso de impedimento ou de incompatibilidade (arts. 252, 254 e 112 do CPP). Cumpre ressaltar, portanto, que no processo penal brasileiro não se admite juiz parcial. Se o Estado tem a missão de dar a cada um o que é seu (concepção aristotélica), só poderá realizá-la sendo imparcial.



CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ¹

O Código Penal Militar possui a Parte especial, onde estão os Crimes Militares em tempo de paz e os Crimes Militares em tempo de guerra.

São denominados *crimes militares em tempo de paz*² os crimes que possuem previsão no Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial. São aqueles que ocorrem quando o país não está em estado de guerra ou conflito armado. Eles são importantes para garantir a disciplina, a hierarquia e a operacionalidade das forças armadas.

Dispõe o Código Penal Militar:

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

I - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados: (Redação dada pela Lei nº 13.491, de 2017)

a) por militar da ativa contra militar na mesma situação; (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023)

b) por militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil; (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023)

c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil; (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 8.8.1996)

d) por militar, durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil; (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023)

e) por militar da ativa contra o patrimônio sob a administração militar ou contra a ordem administrativa militar; (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023)

f) revogada. (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 8.8.1996)

III - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;

b) em lugar sujeito à administração militar, contra militar da ativa ou contra servidor público das instituições militares ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo; (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023)

c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;

d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

§ 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri. (Redação dada pela Lei nº 13.491, de 2017)

¹ Neves, Cícero Robson, C. e Marcelo Streifinger. Manual de direito penal militar. (4th edição). Editora Saraiva, 2013.

² Disponível em: https://www.editorajuspodivm.com.br/media/juspodivm_material/material/file/JUS2382-Degustacao.pdf. Acesso em 10.12.2024



O inquerito policial militar é o procedimento administrativo destinado a apurar a existência de infração penal militar e sua possível autoria. Ele funciona como instrumento preliminar de investigação, servindo para reunir elementos que permitam ao Ministério Público formar sua convicção sobre o fato apurado. No âmbito militar, esse procedimento possui grande importância porque contribui para a preservação da disciplina, da hierarquia e da legalidade, valores essenciais às instituições militares.

Não se trata ainda do processo judicial. O inquerito tem natureza preparatória. Seu objetivo principal é levantar informações, ouvir pessoas, reunir documentos, analisar vestígios e esclarecer as circunstâncias do fato investigado. Assim, ele oferece base para a futura ação penal militar, caso existam elementos suficientes para isso.

Fundamento legal

O inquerito policial militar está previsto no Código de Processo Penal Militar. É esse diploma que estabelece suas regras básicas de instauração, desenvolvimento e encerramento. A autoridade responsável por sua condução, em regra, é a autoridade militar competente, que determina a apuração diante da notícia de um possível crime militar.

A investigação ocorre dentro da estrutura administrativa militar, mas seus resultados podem repercutir diretamente na esfera judicial. Por isso, embora tenha natureza administrativa, o inquerito policial militar possui relevância jurídica expressiva. Seu correto desenvolvimento é essencial para garantir apuração séria, organizada e compatível com a legislação.

Características do inquerito policial militar

O inquerito policial militar possui algumas características marcantes. A primeira é sua natureza administrativa, pois não constitui processo judicial. A segunda é seu caráter inquisitivo, já que a investigação se desenvolve sem a mesma estrutura contraditória do processo penal. Isso significa que, nessa fase, busca-se principalmente a colheita de elementos informativos.

Outra característica importante é a forma escrita. Os atos praticados no inquerito devem ser documentados, permitindo controle, análise posterior e eventual utilização como base para outras providências. Também pode haver sigilo, quando necessário ao sucesso das diligências ou à preservação do interesse da investigação.

Além disso, o inquerito policial militar é dispensável. Isso quer dizer que a ação penal pode ser proposta mesmo sem ele, desde que existam outros elementos suficientes de prova e informação. Apesar disso, na prática, ele costuma ser um meio importante de organização da investigação preliminar.

Instauração e desenvolvimento

A instauração do inquerito policial militar ocorre quando surge notícia de possível crime militar. Essa notícia pode resultar de comunicação formal, flagrante, documentos, informações internas ou qualquer outro meio que leve ao conhecimento da autoridade a existência de fato aparentemente ilícito.

Depois de instaurado, inicia-se a fase de diligências. Nela, podem ser ouvidas testemunhas, colhidas declarações, realizados reconhecimentos, juntados documentos, requisitados exames periciais e adotadas outras providências necessárias ao esclarecimento do caso. O investigado também pode ser interrogado, sempre dentro das regras legais aplicáveis.

O desenvolvimento do inquerito busca responder perguntas centrais. O fato realmente ocorreu. Ele constitui crime militar. Quem é o possível autor. Em quais circunstâncias a conduta aconteceu. Houve participação de outras pessoas. Existem provas materiais ou testemunhais que confirmem a narrativa investigada. Todas essas questões orientam o trabalho apuratório.



MICROSOFT OFFICE 2007

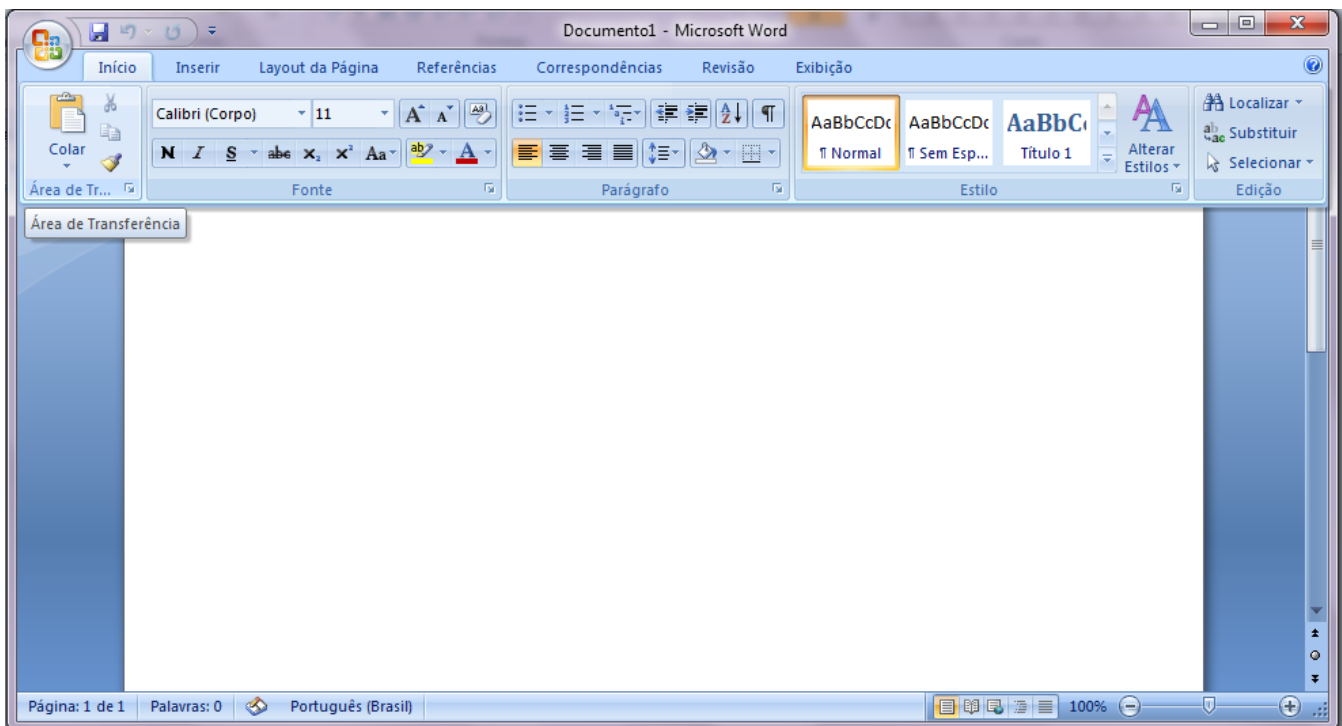
O Pacote Office 2007, desenvolvido pela Microsoft, é um conjunto de aplicativos de produtividade amplamente utilizado em atividades acadêmicas, profissionais e pessoais. Ele é composto principalmente pelos programas Word, Excel e PowerPoint, que permitem a criação de textos, planilhas e apresentações de forma prática e eficiente.

O Office 2007 destacou-se pela introdução da interface em Faixa de Opções (Ribbon), que tornou o uso das ferramentas mais intuitivo, além de novos formatos de arquivos que melhoraram a organização e o compartilhamento de documentos.

► Word

O Word 2007 faz parte do pacote de produtividade Microsoft Office System de 2007, que sucedeu ao Office 2003.

A área de trabalho do Word 2007 é apresentada de forma extremamente diferenciada das versões anteriores do programa.



A área de trabalho do Word 2007.

O Office 2007 inclui alterações fundamentais na interface gráfica. Isso pode ser sinalizado também pelo novo painel de comandos em lugar dos menus e das barras de ferramentas. A Microsoft chama de Faixa de Opções a linha composta pelos nomes de várias guias que substituem os antigos menus do Word¹.

¹ Monteiro, E. Microsoft Word 2007.